

Emmanuel Antonio dos  
Santos

P

LANEJAMENTO REGIONAL e  
PAISAGEM: INSTÂNCIA  
INTEGRADORA, MOVIMENTO,  
SIMULTANEIDADE, INTERAÇÃO  
ESCALAR, PROJETO

018

pós-

## RESUMO

O presente texto apresenta uma discussão acerca das possibilidades em tecer relações entre o planejamento regional e o planejamento da paisagem, seus desdobramentos na constituição dos espaços livres e as possibilidades de compreender e intervir no espaço regional em processos que tomem a interação escalar como estratégia para o planejamento e o projeto da paisagem. Inicia buscando conceituar, ainda que de maneira bem preliminar, para o presente momento: planejamento, planejamento regional, planejamento e projeto da paisagem, espaço livre e interação escalar. Em seguida questionam-se as modalidades de arranjos e recortes espaciais mais usuais e encaminha-se a discussão, alertando para a necessidade de buscar-se procedimentos mais adequados para a compreensão da paisagem regional, em suas peculiaridades e seus entraves. Finaliza discutindo as possibilidades e a pertinência em adotar a interação escalar como procedimento para planejamento nessa escala e como subsídio para o projeto.

## PALAVRAS-CHAVE

Planejamento, paisagem, interação escalar, região, projeto.

PLANIFICACIÓN REGIONAL Y PAISAJE:  
INSTANCIA DE INTEGRACIÓN,  
SIMULTANEIDAD, INTERACCIÓN  
ESCALAR, PROYECTO

pós- | 610

## RESUMEN

Este trabajo presenta una discusión sobre las posibilidades de establecer relaciones entre la planificación regional y la planificación del paisaje, sus desdoblamientos en la constitución de los espacios libres, y las posibilidades de comprender e intervenir en el espacio regional, en procesos que tengan la interacción escalar como estrategia para la planificación y el proyecto del paisaje. Se inicia tratando de conceptualizar, aunque de manera muy preliminar, lo que se considera: planificación, planificación regional, planificación y proyecto del paisaje, espacio libre e interacción escalar. En seguida se cuestiona las modalidades de organización y recortes espaciales más frecuentes y se encamina la discusión alertando para la necesidad de búsqueda de procedimientos más adecuados a la comprensión del paisaje regional, sus peculiaridades y trabas. Finaliza con la discusión de las posibilidades y pertinencia en adoptar la interacción escalar como procedimiento para planificación en esa escala y como subsidio para el proyecto.

## PALABRAS CLAVE

Planificación, paisaje, interacción escalar, región, proyecto.

REGIONAL PLANNING AND  
LANDSCAPE: INTEGRATIVE INSTANCE,  
MOVEMENT, SIMULTANEITY, SCALE  
INTERACTION, & DESIGN

ABSTRACT

This paper discusses the possibilities of establishing relations between regional planning and landscape planning, developments in the formation of open spaces, and opportunities to understand and operate in regional spaces in terms of processes that use scale interactions as a strategy for landscape planning and design. The paper starts out by providing an introduction and current definitions of the following concepts: planning, regional planning, landscape planning and design, open space, and scale interactions. It then questions the more usual arrangements and space criteria, and calls for more suitable procedures to understand the regional landscape as well as its peculiarities and obstacles. The article concludes by discussing the possibility and relevance of employing scale interaction for planning on this scale and for supporting landscape design.

KEY WORDS

Planning, landscape, scale interaction, region, design.

## INTRODUÇÃO

Pode-se entender, dentre tantos inúmeros outros conceitos, planejamento como... *"a tentativa de simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas ou, inversamente, com o fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios..."* (SOUZA, 2001, p. 40), assim como se pode adotar também o conceito de região a partir de suas características orográficas. Ou como entendem os estudiosos do meio físico, por meio de sua geomorfologia, na qual se pode, então, destacar as possibilidades de recortes físicos pela morfologia de relevo e, em especial, apoiando-se na subdivisão administrativa do território em bacias hidrográficas. Aliás, esse último modo de compartimentar, tanto para fins de análise e estudo quanto para fins de gerência administrativa, parece atender bem à legislação ora em vigência em nosso país, para a proteção e o controle da exploração do recurso água.

Nesse sentido, haja vista os esforços para implementar os comitês de bacias hidrográficas, criados por força de lei federal, como instância de gestão e distribuição de recursos financeiros e também com o sentido de buscar-se algum tipo de planejamento de seu uso e ocupação, de maneira mais sustentável (Figura 1).

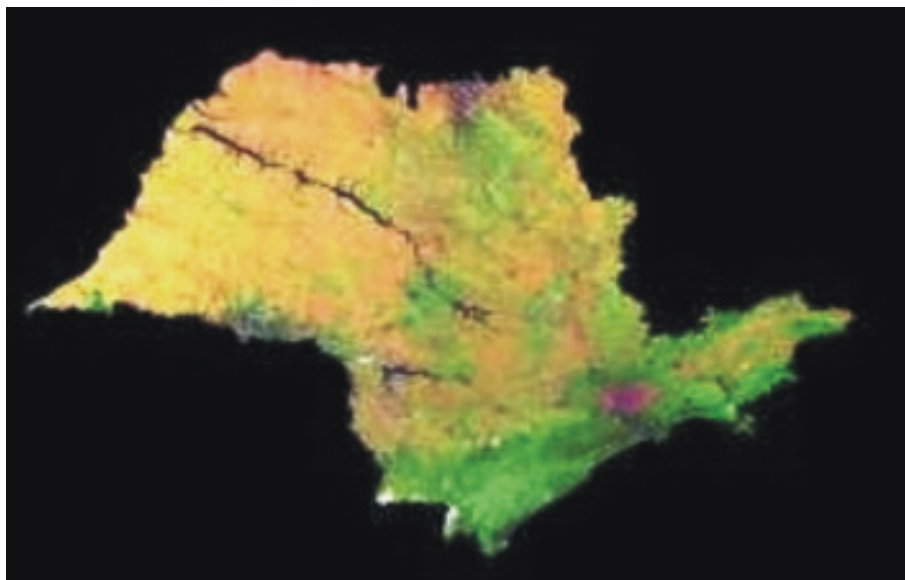


Figura 1: Morfologia de relevo do estado de São Paulo  
Fonte: INPE, 2006



Os conceitos de região e de regional podem também ser expressos menos em função específica de seus compartimentos geomorfológicos, tomando-se maior ênfase nas inter-relações sociais e econômicas dos agentes que habitam o espaço. Sem pretender aprofundar a discussão em moldes do professor Milton Santos, creio caber, aqui, retomar aspectos de constituição da região, os quais se apóiam, inclusive, no que se entende por paisagem como instância e meio de leitura dos espaços.

Os espaços são instâncias de manifestação das sociedades em estreita interação com o suporte ecológico, criando e recriando formas – configurações –, as quais representam as maneiras selecionadas em cada tempo e lugar pelas sociedades para promover sua existência. E, se cada localidade, salvo melhor juízo, não detém todas as condições materiais e humanas capazes, sozinhas, de prover as condições de subsistência, seja em função da escassez, seja das dificuldades naturais de apropriação dos recursos disponíveis, seja por sua indisponibilidade ou suficiência, necessário se faz haver interação, trocas e cooperação entre as localidades e entre as populações que as habitam, dos recursos socioespaciais disponíveis.

Em estudos anteriores do autor discutia-se a paisagem e o ambiente em abordagem metodológica, na qual se buscava uma compreensão da paisagem como produto e meio das relações entre o suporte ecológico e as intervenções antrópicas, em movimento dialético no espaço e no tempo. Publicação recente no âmbito da geografia (BERTRAND, 2007) reforça e desdobra os conceitos então adotados pelo autor.

As interações socioespaciais podem ocorrer e geralmente ocorrem, não tão somente em função de proximidades físicas, sem serem, necessariamente, homogêneas. Essas interações promovem “recortes” que não se apóiam diretamente na caracterização fisiográfica, mas nas inter-relações funcionais entre diversas e diferentes porções do espaço e do tempo, as quais nem sempre se configuram em um *continuum* físico-espacial; desse modo, é possível afirmar que região é mais do que a expressão de um recorte geomorfológico.

O que se quer destacar é: existem diversas formas de delimitações as quais se pode adotar para caracterizar uma região, a exemplo das próprias regiões metropolitanas, instituídas no final dos anos 60 como tentativas de organizar e promover o planejamento “integrado” entre os municípios fisicamente conurbados, no entorno das capitais brasileiras com maior expressão econômica e populacional. Pode-se tomar, também, como exemplo, o reconhecimento de uma região denominada de vale do Paraíba paulista, a qual subsiste por força de uma subdivisão territorial administrativa oficial – limites, como linhas divisórias para fins de administração entre os estados da federação – corrompendo a noção física e, por que não dizer, concreta de bacia hidrográfica (Figuras 2 e 3).

Uma outra modalidade adotada para a caracterização de região nessa mesma porção do território paulista, englobando porções do vale do Paraíba paulista, do litoral norte do estado de São Paulo, dos municípios localizados nas serras da Mantiqueira e do Mar, denominada por cone leste paulista, difere da compartimentação geomorfológica adotada por Muller (1968), e daquela referente à bacia hidrográfica, como adotado pelo Comitê da Bacia do vale do Paraíba (Figura 4).

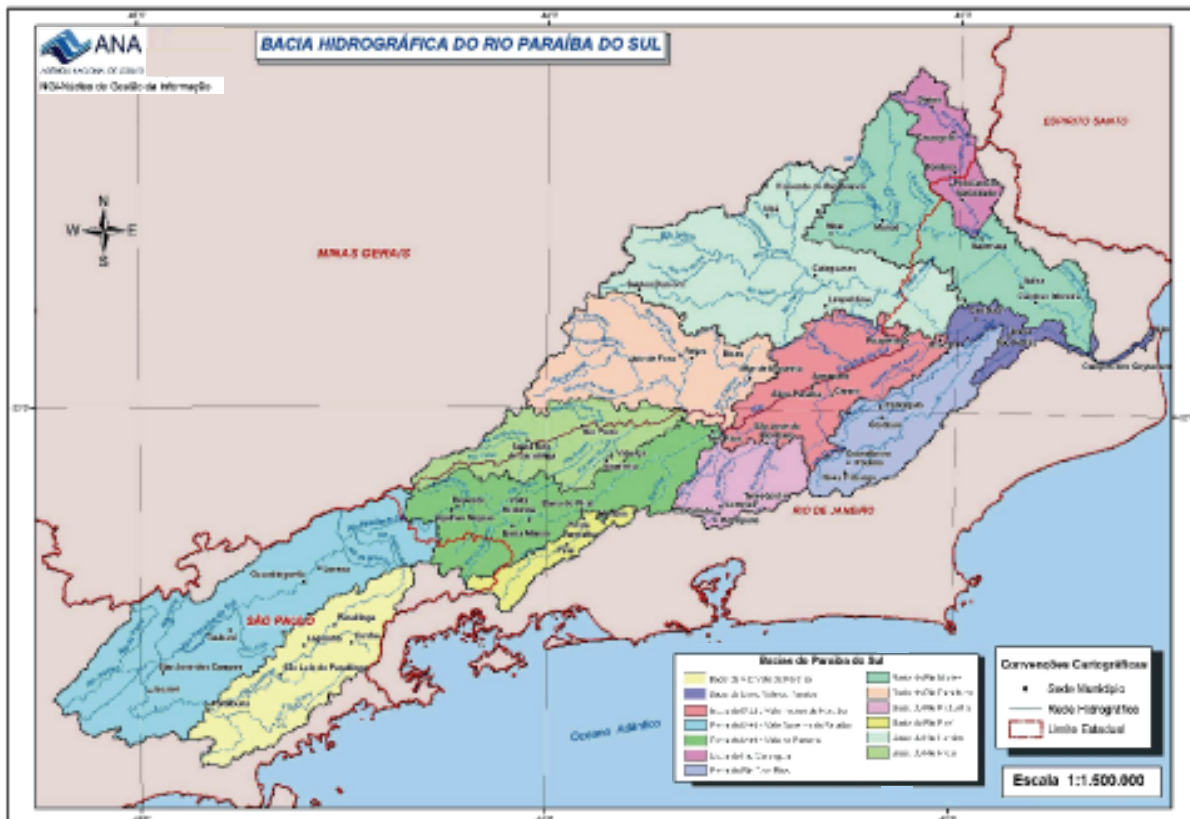


Figura 4: Bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul  
Fonte: Agência Nacional da Água – ANA – Núcleo de Gestão em Informação, 2006

Mais uma outra possibilidade para caracterizar e delimitar as regiões poderia ser a delimitação por meio das formações florestais, e, também, a possibilidade da delimitação de uma dada região por meio dos aspectos econômicos presentes no território, em que as dinâmicas e forças econômicas se estruturam em função de otimizações e eficiência produtiva – economias de escala, infra-estruturas, movimentos, etc.

## RECORTES E PLANEJAMENTO

Isso posto, pode-se pensar, então, em ser necessário um esforço no sentido de buscar modalidades de recortes que auxiliem a pensar e promover instâncias de planejamento, quando o almejado é o âmbito regional. Pergunta-se, assim, de qual território a ser planejado e qual tipo de planejamento estamos falando quando a amplitude é a região?

Trata-se de um bioma – conjunto de vida (vegetal e animal) constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação contíguos e identificáveis em escala regional, com condições geoclimáticas similares e história compartilhada de mudanças, o que resulta em uma diversidade biológica própria (IBGE, 2008), ou se trata de uma das modalidades apontadas acima? (Figura 5)



Figura 5: Biomas do Brasil  
Fonte: IBGE, 2006



BIOMAS CONTINENTAIS BRASILEIROS	ÁREA APROXIMADA (KM2)	ÁREA / TOTAL BRASIL
Bioma AMAZONIA	4.196.943	49,29%
Bioma CERRADO	2.036.448	23,92%
Bioma MATA ATLANTICA	1.110.182	13,04%
Bioma CAATINGA	844.453	9,92%
Bioma PAMPA	176.496	2,07%
Bioma PANTANAL	150.355	1,76%
Area Total BRASIL	8.514.877	

pós-  
025



Figura 6: Domínios morfoclimáticos brasileiros (áreas nucleares – 1965)  
 Fonte: AB'SABER, Aziz Nacib, *Os domínios de natureza no Brasil. Potencialidades paisagísticas*

Quando se trata de compreender a paisagem em suas peculiaridades de configuração, creio ser necessário adotarmos, também, os *domínios paisagísticos* de Ab' Saber como forma de mais bem caracterizar a magnitude espacial, o mosaico paisagístico e ecológico do país e a escala de atuação no âmbito regional.

Domínios esses nos quais podemos perceber as diferenças de formações paisagísticas e suas potencialidades, em que a natureza se faz presente como palco e atriz na conformação do território – aí onde a geomorfologia detalhada e bem estudada indica as exigências e as possibilidades “naturais” de um sítio caprichoso e dotado de peculiaridades próprias que lhe conferem porções com apropriações singulares e mesmo assim interconectadas e interdependentes, como no caso do Brasil (Figuras 6 e 7)



Figura 7: Mapa Geomorfológico do Brasil (Preliminar – 1960)  
 Fonte: AB'SABER, Aziz Nacib, *Os domínios de natureza no Brasil. Potencialidades paisagísticas*

Creio caber, agora, discutir um pouco a idéia de planejamento da paisagem a fim de complementar, tanto a noção de planejamento quanto a de paisagem e ver em que isso pode auxiliar a promover um recorte possível para o planejamento regional.

Ao adotar-se o entendimento da paisagem como sendo mais do que forma – configuração – forma que informa, pois é produzida, construída socialmente em processos dialéticos, portanto históricos, pode-se afirmar que a paisagem informa pela leitura de suas formas: os tempos, os agentes, os processos e os sistemas que a formaram, formam e aos quais está sujeita em suas próximas transformações.

Considerando que as paisagens resultam das ações antrópicas e estas ocorrem sobre um suporte, sendo este a porção do planeta onde é possível desenvolverem-se as formas de vida que conhecemos, cabe retomar o conceito de biosfera.



*“O termo ‘biosfera’ é um termo novo, exigido por nossa chegada a um estágio mais avançado no progresso de nosso conhecimento científico e poder material. A biosfera é uma película de terra firme, água e ar que envolve o globo (ou globo virtual) de nosso planeta Terra. É o único habitat atual – e, tanto quanto podemos prever hoje, é também o único habitat jamais viável de todas as espécies de seres vivos que conhecemos a humanidade inclusive... A característica mais significativa da biosfera é seu tamanho relativamente pequeno e a exigüidade dos recursos que oferece. Em termos terrestres a biosfera é fantasticamente delgada. Seu limite superior pode ser comparado à altitude máxima na estratosfera, em que um avião pode permanecer no ar; seu limite inferior é a profundidade, abaixo da superfície de sua porção sólida, até onde os engenheiros podem perfurar e abrir minas. A espessura da biosfera, entre esses dois limites é mínima, como uma película delicada, se comparada ao comprimento do raio do globo por ela coberto... Os constituintes da biosfera são interdependentes e o homem é exatamente tão dependente de sua relação com o resto da biosfera quanto qualquer dos outros atuais constituintes da mesma.”* (TOYNBEE, 1987, p. 22, 24).

A noção de hábitat e da necessária inclusão da espécie humana reintegrando-a ao meio/hábitat presentes nesse conceito é, sem dúvida, um avanço. Pode-se complementar o conceito de biosfera, adicionando a ele o conceito de paisagem como produto e meio das relações entre o suporte ecológico e as intervenções antrópicas em movimento contínuo e retroalimentador. E aprofundando o de meio ambiente como:

*“... o conjunto de meios naturais (milieux naturels) ou artificializados da ecosfera onde o homem se instalou e que ele explora que ele administra, bem como o conjunto dos meios não submetidos à ação antrópica e que são considerados necessários à sua sobrevivência. Esses meios são caracterizados: – por sua geometria, seus componentes físicos, químicos, biológicos e humanos e pela distribuição espacial desses componentes; – pelos processos de transformação, de ação ou de interação envolvendo esses componentes e condicionando sua mudança no espaço e no tempo; – por suas múltiplas dependências com relação às ações humanas; – por sua importância tendo em vista o desenvolvimento das sociedades humanas...”* (JOLLIVET ET PAVÉ, 1997, p. 70)

Cabe esclarecer que paisagem e ambiente são tomados como referentes a uma única e mesma esfera de categorias e de problemas. E, em certa medida, privilegiando a noção de paisagem como sua instância integradora. Desse modo, a noção de paisagem contribui para que se *“opere uma junção entre a gestão de recursos naturais, a qualidade do hábitat e os problemas de saúde”* (JOLLIVET ET PAVÉ, 1997, p. 70), acrescentem-se aí os problemas de organização do espaço, e, mais enfaticamente, da distribuição e localização espacial da urbanização e seus desenhos correspondentes como desenhos do ambiente.

Para complementar essas noções de paisagem, toma-se aqui emprestada a expressão do professor Milton Santos “... o espaço é a *cumulação desigual de tempos...*” (SANTOS, 1997, p. 30) para reafirmar que também é assim com a paisagem, pois esta é aqui tomada como a dimensão concreta e perceptível do espaço.

Nesse sentido cabe pensar que o planejamento, como instância de análise e compreensão das condições dadas e forma de prospecção dos desdobramentos dessas e de outras condições, com o intuito de melhor prover e atingir metas na organização dos espaços, é atividade que inclui e faz uso dos elementos de paisagem, posto a leitura das configurações e de seus significados *no/do* espaço resultar da acumulação de tempos em sucessão e diversas modalidades, e faz isso em sua dimensão concreta e perceptível – a paisagem.

Toma-se, assim, a paisagem como idéia força central do planejamento; portanto, como meio e produto por meio do qual é possível tanto ler quanto planejar os espaços em suas diversas dimensões, caracterizando, desse modo, o planejamento com a paisagem.

Posto compreenda-se, por ora, planejamento como a tentativa de prever para prover, e haver a necessidade de caracterizarmos recortes mais adequados para a região, uma modalidade de recorte adequada pode ser efetuada por meio da paisagem, a qual se adota como objeto do planejamento e, com este último, pretende-se planejar, onde o foco em discussão recai sobre os espaços livres, contanto que se amplie o conceito de espaços livres, para além daqueles localizados no intra-urbano, tais como as praças, os parques ou aqueles do entorno imediato da edificação.

Espaços livres são os espaços, geralmente, pouco ou nada processados com aparência muito próxima do natural, os quais podem ser percebidos em múltiplas e diversas escalas e dimensões, cujos significados e papéis são referentes às peculiaridades de sua inserção no conjunto dos espaços estudados e percebidos.

É comum pensar que para cada escala/dimensão de análise correspondem escalas e dimensões de espaços livres e vice-versa. Mas, ao considerar que o espaço/paisagem é um todo integrado, composto de partes e particularidades em estreita relação entre si, a idéia de escalas e dimensões correspondentes ou correlacionadas cai por terra. Exigindo, a partir daí, procedimentos de análises, estudos e proposições menos convencionais e menos conservadores, como as já consagradas propostas de estudos dos espaços livres, conforme sua abrangência de uso e apropriação diretos no cotidiano e no entorno imediato daquele que se apropria.

Essa outra abordagem difere daquela mais convencional porque decorre da percepção de a configuração geral da paisagem ser dada pela configuração de suas partes e particularidades, assim como cada parte e/ou particularidade é condicionada ao geral.

Assim sendo, as pequenas porções de espaços livres no intra-urbano compõem, com grandes porções interurbanas, o que se convencionou denominar de sistemas de espaços livres. O mosaico de áreas livres é um todo no qual cada porção é parte componente da configuração geral do tecido de espaços livres da região, do território, da nação, etc.

Espaços livres são, portanto, no âmbito da região, aqueles existentes no entorno imediato de cada edificação – as praças urbanas, os parques, as áreas livres não preponderantemente urbanizadas interurbanas, as áreas de serras, córregos, rios, encostas, etc. Não é necessariamente um *continuum* por proximidade, por contato, o que caracteriza um sistema de espaços livres, nem mesmo um conjunto homogêneo de espaços livres. O que os caracteriza pode ser tanto o fato de serem efetivamente livres, isto é, não preponderantemente edificados, quanto sua apropriação franca, pública, coletiva e não necessariamente funcional no sentido de pré-programada, ainda que programas sejam desejáveis em algumas escalas.

Nesse sentido, questiona-se também a idéia de apropriação, na qual se pensa ela poder ser entendida desde sua acepção mais corriqueira de uso e apropriação física funcional, até a apropriação da imagem, dos benefícios ambientais de sua existência como áreas de recarga de aquíferos, renovação do ar, amplitude de visuais, existência de biodiversidade, amenidade bioclimática, beleza cênica, etc. Daí entender que espaços livres são mais do que áreas verdes urbanas de passeio, lazer e repouso salutar, pensamento muito comum no século 19 e início do século 20 acerca dos espaços livres.

Os espaços livres, mais do que áreas de preservação e/ou conservação ecológica, são parte do testemunho – marcas e pegadas – de nossa passagem, de nossa existência. Nossas marcas são testemunhos não tão somente identificados pelos artefatos os quais produzimos, mas, igualmente, pelos rastros de como e onde o fazemos e o que resta onde não o fazemos.

Assim, paisagem regional e os espaços livres fazem parte de uma única e mesma dimensão, na qual cabe estudar diversas, múltiplas e diferentes escalas, conforme suas especificidades. Sem, contudo, perder de vista a noção de todo articulado. Isso coloca a necessidade de avançar-se no conceito de interação escalar. Esta pode ser compreendida inicialmente como a imbricação entre o geral e o particular, resultado de um movimento pendular que transita do geral para o particular e do particular para o geral, uma abordagem de análise para compreender essas duas instâncias enquanto dimensões complementares, ainda que específicas.

## PLANEJAMENTO DA PAISAGEM E INTERAÇÃO ESCALAR

Pensar a interação escalar como simultaneidade absoluta, onde ao pensar o particular trago comigo as questões do geral e, quando penso o geral, não o faço sem ter presentes as intrincadas relações do particular, requer entender partes e todos como particularidades e totalidade em um único e mesmo olhar.

É necessário, portanto, entender as interações escalares desde o nível mais geral até o mais particular como oportunidades de definição mais vantajosa de desenhos da e na apropriação dos espaços, na qual a paisagem tem papel de indicar as características especiais que cada escala deve conter. A leitura da paisagem permite pensar em interconexões como meio de efetuar-se ligações e estabelecer relações físicas e funcionais, contribuindo para evidenciar vantagens ambientais e econômicas no espaço para fins de projeto, desde que se entenda não se tratar de buscar incessantemente um Éden intangível, mas espaços reais, possíveis, diversos, competitivos, mas justos e belos.



Nesse sentido, é possível fazer uso complementar das especiais características do meio para promover, de modo articulado e integrado, os modos de apropriação e uso dos espaços nos quais os aspectos de paisagem não sejam óbices, mas os meios para a obtenção de um desenho a uma organização socioespacial mais plena.

Do mesmo modo, o uso da idéia de integrado com o sentido de integrador, não é um artifício semântico, tampouco se está recorrendo a formas estilísticas. O que se propõe é deslocar-se a compreensão de integrado como resultado de análises, sínteses, diagnóstico e proposições urbanísticas que, de tão amplas, possuiriam a capacidade de cobrir todos os aspectos daquelas áreas do conhecimento as quais se convencionou tomar como importantes para o planejamento, para um entendimento de integrado como a possibilidade de pensar e agir de modo concomitante nas diversas escalas, com o sentido de integrador.

Trata-se, assim, muito mais de uma abordagem que requer pensar e agir sempre de modo tautócrono, permitindo que as soluções e suas correspondentes configurações guardem estreita similitude, respondendo, dessa forma, tanto à contradição geralmente presente nos planos que afastam o projeto do lugar e da paisagem do cotidiano como das diretrizes mais globais.

Acredita-se que esse procedimento difere de outros a utilizarem-se do movimento de “aproximação e afastamento” e de análises do “particular e do geral”, porque, de maneira geral, estes tratam as duas instâncias, se não de modo separado – como fases sucessivas, e não como movimento – de modo diácrono. Difere também das proposições nas quais se acredita que, feitas somente as análises mais gerais, poderia ser bem resolvida a morfologia da urbanização por meio do planejamento local, fazendo-se como uma espécie de colagem de intervenções as quais desenhariam um todo ao final, como nos *puzzles*.

Acrescente-se que, nos casos nos quais se aplica a abordagem do movimento pendular, não se fala em simultaneidade, e sim em passos dados em sucessão e justaposição, a demonstrar uma provável parcialidade. Inclusive, porque os elementos mais usuais de paisagem e ambiente como os espaços livres, os cursos de água e as áreas vegetadas, viriam comparecer nas análises, para complementar o resultado formal de um projeto a ser executado *a posteriori*, não fazendo, desse modo, parte daquele grupo de categorias que, se usadas durante os processos de análise, poderiam vir a contribuir para a compreensão da configuração dos espaços.

Em muitos casos de aplicação da abordagem em movimento pendular, cria-se, *a priori*, uma ruptura conduzindo a uma quase impossibilidade de articulação entre o particular e o geral. A articulação proposta no presente texto tem como objetivo, dentre outros – além da necessária redistribuição das melhores vantagens urbanas as quais se constituíram, no mais das vezes, como meios de dominação e acumulação, conforme atesta a história da urbanização no Brasil –, propiciar a incorporação dos elementos de paisagem no processo de tomada de decisões, visando ao desenho da apropriação como reflexo de um plano de paisagem oriundo de um processo de planejamento, no qual as contribuições dos aspectos de paisagem e ambiente se façam presentes.



## CONCLUSÕES

Fantástico se assim, de fato, fosse, e, especialmente, se assim se conseguisse proceder em nosso país. Vivemos em uma situação na qual o território é administrativamente subdividido em porções nem sempre coincidentes com as unidades de paisagem ou, como bem as denomina Ab'Saber, domínios paisagísticos. Essas subdivisões estão sujeitas aos procedimentos de gestão e controle firmemente conectados com os programas e projetos de governos, os quais nem sempre incorporam as questões de paisagem e ambiente, a não ser no discurso fácil da ecologia momentânea.

Torna-se tarefa de extremo esforço e envergadura tentar programar ações, as quais se efetivem para muito além do discurso ou do questionamento acadêmico. Algumas das iniciativas de planejamento em âmbito regional, efetuadas nos anos 70, a exemplo dos planos regionais estaduais, mostraram-se tremendamente frustrantes, seja pelas dificuldades próprias daqueles estudos em fase inicial de compreensão da necessidade de articulação intermunicipal, seja em função da ainda precária forma de apreensão do território onde se separam a antropização do meio natural. Outro componente das dificuldades encontra-se na compreensão ainda fragmentada do ambiente por parte dos técnicos em planejamento.

Essas são limitações, dentre outras, para a efetiva interação escalar, assim como o são a incompreensão – dos gestores públicos e dos cidadãos – de o lugar e o geral serem partes de um todo único em sinergia e simbiose.

Possibilidades são muitas e por realizar, a escassez talvez possa auxiliar, lamentavelmente, como alerta de os processos terem sido equivocados e correspondentes e o ambiente/hábitat ser todo ele interconectado e interdependente, necessitando de ações idem. Isso só será possível se e quando se tiver maior percepção do ambiente e maior capacidade de expressar e tornar claras as preocupações e as propostas.

E, especialmente, quando cada cidadão – gestor, técnico, sujeito que anda nas ruas, criança, dona de casa, tiver incorporado, em si, os diversos mundos.

*“Isso significa que dentro de nós trazemos o mundo físico, o mundo químico, o mundo biológico, o mundo vivo; ao mesmo tempo, além desses mundos está nosso pensamento, nossa consciência, nossa cultura, não esqueçamos, situada em um mundo vivo.*

*Portadores de ‘uma profissão que tem como essencial a ligação entre o conhecimento científico e o conhecimento humanístico exige compreensão mais aprofundada da ‘pertinência’, requer capacidade para entender o espaço como a acumulação de atividades de muitas gerações em constantes transformações e adaptações em cada um dos contextos temporais e espaciais.’”*

*“O tempo e o espaço são materiais de entendimento das transformações da realidade e o arquiteto, enquanto projetista, no labor de projeção como processo, como estratégia, navega com rumo aberto para destino certo, para um ambiente que se constrói dia a dia em configurações, em formas abertas que em modalidades de gestão facilitem uma ‘urbis’ adequada para a ‘civitas.’” (MAGNOLI, 2002, 2006)*

## BIBLIOGRAFIA

- AB'SABER, Aziz Nacib. *Os domínios de natureza no Brasil. Potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.
- BERTRAND, Paul Georges. *Uma geografia transversal e de travessias. O meio ambiente através dos territórios e das temporalidades*. Maringá: Massoni, 2007.
- JOLLIVET, Marcel; PAVÉ, Alain. O meio ambiente: Questões e perspectivas para pesquisa. In: VIEIRA, Paulo F.; WEBER, Jacques (Orgs.). *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento – Novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cartaz Editora, 1997.
- MAGNOLI, Miranda M. E. M. Em busca de “outros” espaços livres de edificação. *Revista Paisagem e Ambiente – Ensaio*, São Paulo: FAUUSP, n. 21, p. 141-773, 2006.
- MAGNOLI, Miranda M. E. M. Um panóptico, metamorfoses e paisagem. *Discutindo a Paisagem*. São Carlos, v. 1, p. 1-28, 2006. (Coleção Paisagem Aberta).
- SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, Emmanuel A. *As paisagens do plano e os planos da paisagem: Da paisagem no planejamento ao planejamento com a paisagem*. 2002. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A evolução urbano-industrial e a transformação da paisagem. O caso de São José dos Campos*. 1993. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Paisagem – Abordagem e investigação*. *Revista Paisagem e Ambiente – Ensaio*, São Paulo: FAUUSP, n. 3, p. 109, 1986.
- SOUZA, Marcelo L. *Mudar a cidade. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- TOYNBEE, Arnold. *A humanidade e a Mãe Terra. Uma história narrativa do mundo*. São Paulo: Guanabara, 1987.

pós- 033

### Nota do Editor

Data de submissão: junho 2009

Aprovação: setembro 2009

---

### Emmanuel Antonio dos Santos

Arquiteto e urbanista, doutor pela FAUUSP, professor nos cursos de graduação em Arquitetura, Engenharia Ambiental, Tecnologia em Gestão Ambiental; na pós-graduação, em Planejamento Urbano e Regional na Universidade do Vale do Paraíba; no curso de graduação em Engenharia Civil Aeronáutica; pós-graduação em Engenharia de Infra-Estrutura Aeronáutica do Instituto Tecnológico de Aeronáutica.

Rua Ângelo Rodrigues Alves, 108. Jardim das Colinas

12.242-200 – São José dos Campos, SP

(12) 2947-6817

emmanuel@ita.br